



Assembleia Legislativa celebra 180 anos em defesa da democracia

Páginas 4 e 5

SOLENE

FOTO: JOÃO BITA



BOLO

FOTO: JOÃO BITA

FOTO: JARBAS ARAÚJO

SHOWS



FALECIMENTO

MORRE MANOEL SANTOS, REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES RURAIS

Primeiro deputado pernambucano eleito pelo segmento dos trabalhadores rurais, Manoel Santos (PT) faleceu no dia 19 de abril, aos 63 anos. O parlamentar estava em tratamento contra um câncer de esôfago, desde o ano passado. O corpo do petista foi velado no Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco. Uma missa, celebrada na sede do Poder Legislativo, encerrou as últimas homenagens a Santos. Parlamentares, representantes do Governo Estadual e trabalhadores do campo participaram da cerimônia.

As cinzas do parlamentar foram levadas para Serra Talhada, Sertão do Pajeú, sua terra natal. O petista deixou esposa e quatro filhos.

Eleito deputado estadual pela primeira vez em 2010, com 42.347 votos, Manoel Santos estava no exercício do segundo mandato na Assembleia Legislativa.



RINALDO MARQUES/ARQUIVO

Parlamentar, que presidiu a Fetape e a Contag, foi velado no Plenário da Casa Joaquim Nabuco

Para o presidente da Assembleia, Guilherme Uchoa (PDT), Manoel sempre teve a característica de “fazer política de forma serena e equilibrada”. O governador Paulo Câmara (PSB) ressaltou que “Pernambuco perdeu um grande quadro, um deputado atuante que dedicou sua vida aos trabalhadores.”

BIOGRAFIA - A trajetória política de Manoel Santos sempre esteve



ROBERTO SOARES

ligada ao campo. Filho de integrantes do Movimento Sem-Terra, começou a trabalhar como agricultor aos seis anos de idade. Nos anos 70, ingressou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, exercendo a função de tesoureiro e, em seguida, a presidência do grupo (1981).

Em 1993, ocupou o cargo de secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

Estado de Pernambuco (Fetape), assumindo a presidência de 1993 a 1998. Pela ligação com a entidade, o corpo de Santos também foi velado por algumas horas na sede da Fetape.

Já no ano de 1998, o petista foi eleito para atuar à frente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Permaneceu no cargo de presidente até 2009. Manoel Santos

também foi o primeiro secretário rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dirigente-fundador do PT em Pernambuco.

O seu ingresso no Poder Legislativo teve forte simbolismo para os trabalhadores rurais, que vieram de várias regiões do Estado acompanhar a cerimônia de posse. Em seu primeiro pronunciamento no Plenário, defendeu a interiorização do desenvolvimento e mais investimentos para a agricultura familiar.

Nas eleições de 2014, Manoel Santos renovou o mandato com 55.310 votos. No início desta Legislatura, foi eleito líder da bancada do Partido dos Trabalhadores no Parlamento Estadual e vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural.

A vaga deixada pelo petista na Alepe foi ocupada por Manoel Botafogo (PDT), ex-prefeito de Carpina, na Mata Norte do Estado.

ACONTECEU NA ALEPE

POLÍTICA PARA AS MULHERES

Políticas de promoção à igualdade de oportunidade entre os gêneros foram homenageadas na Casa Joaquim Nabuco. Pelo segundo ano, o Legislativo Estadual premiou gestores municipais empenhados em manter ações em defesa das mulheres, como centros de referência para situação de violência doméstica e conselhos municipais. O Prêmio Prefeitura Amiga das Mulheres é concedido, anualmente, a quatro prefeitos, representando cada região administrativa do Estado. Este ano, foram agraciados: Luciano Duque, de Serra Talhada (Sertão); Carlinhos da Pedreira, de Barreiros (Zona da Mata); Carlos Santana, de Ipojuca (Região Metropolitana do Recife); e Izaias Régis, de Garanhuns (Agreste).

EM PROL DA REFORMA POLÍTICA

A Alepe foi sede do debate sobre a Reforma Política promovido pela Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados, no dia 6 de abril. Participaram do encontro parlamentares das três esferas do poder, além de prefeitos, ex-governadores de Pernambuco e cientistas políticos. Formada em fevereiro, a Comissão tem promovido debates em vários Estados para garantir a participação popular nas mudanças que deverão ser promovidas no processo eleitoral. Até meados de maio, o grupo entregará a proposta de reforma à presidência da Câmara.

VISITA DO SECRETÁRIO

A convite da Comissão de Meio Ambiente, as estratégias do Governo do Estado na área ambiental foram apresentadas pelo secretário estadual da pasta, Sérgio Xavier, no dia 13 de abril. O encontro foi um desdobramento da visita técnica que o colegiado fez à Secretaria no mês de março. Durante o encontro, o gestor declarou que o Poder Executivo vai encaminhar à Assembleia, nos próximos dias, projeto de lei para a criação da Política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A proposta tem como objetivo principal incentivar o uso adequado dos recursos ambientais do Estado, por meio de concessões fiscais a empresas e indústrias.

ACESSO ÀS LEIS

A Assembleia Legislativa e o Governo do Estado firmaram parceria para compartilhamento do sistema AlepeLegis. Com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica pelo presidente Guilherme Uchoa e pelo governador Paulo Câmara, no dia 13 de abril, o Poder Executivo passou a incluir seus decretos no sistema. Lançado em 2012, o AlepeLegis foi desenvolvido por servidores da Assembleia e reúne todas as leis estaduais sancionadas ou promulgadas desde 1988, sendo permanentemente atualizado. Além de servir como banco de dados, o sistema garante a transparência das normas estaduais, pois permite aos cidadãos a realização de consultas por meio de site <http://legis.alepe.pe.gov.br>.

ACORDO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

As Comissões de Negócios Municipais e Constituição, Legislação e Justiça mediaram, no dia 7 de abril, acordo entre a Celpe e a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) para cumprimento de nova legislação do setor elétrico. Pela Resolução 410/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os municípios passam a assumir a responsabilidade da manutenção de postes, lâmpadas e reatores de iluminação pública dentro de seus limites. O prazo para adequação à nova norma era dezembro de 2014, mas 148 municípios pernambucanos não conseguiram cumpri-lo. Em reunião na Assembleia Legislativa, por meio de acordo, o prazo foi estendido para dezembro de 2015.



MARCO LEGAL PREVÊ DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO

Luciano Galvão Filho

“Receber um diagnóstico de autismo é algo muito forte”, conta Paula Carolina Aleixo. “Mas, no dia a dia, a gente vai criando forças e percebendo a necessidade de mudanças”, descreve, enquanto assistia à solenidade, na Assembleia Legislativa, da promulgação da Lei nº 15.487/2015, marco legal em defesa das pessoas com autismo em Pernambuco.

Paula coordena, no Recife, o grupo *Super Mães*, associação de familiares e amigos de pessoas com transtorno de espectro autista no Estado e uma das organizações da sociedade civil consultadas durante a elaboração da norma expedida. Para ela, a promulgação é um momento de “dar as mãos” em prol de avanços para portadores da síndrome. “Nós, mães, somos guerreiras, mas precisamos de apoio de escolas, políticos, familiares. A sociedade precisa estar consciente disso”, reforçou.

A lei proposta pela Mesa Diretora da Alepe foi assinada, no final de abril, pelo presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT). A norma reconhece como direitos das pessoas com autismo, entre outras garantias, o tratamento multidisciplinar, o acesso gratuito a medicamentos, a inclusão nas escolas e o ingresso no mercado de trabalho. Uma das inovações introduzidas pela legislação é exigir que conselhos regionais de profissionais da Saúde disponibilizem, na internet, listas com especialistas capacitados para o atendimento de portadores do transtorno.

Angela Lira, presidente da Associação de Famílias para o Bem-Estar e Tratamento da Pessoa com Autismo (Afeto) – também ouvida na conclusão do projeto de lei –, relata que encontrar especialistas é uma das dificuldades enfrentadas cotidianamente. “Muitos profissionais atendem aleatoriamente, sem ter qualificação para tal. Guardadas as proporções, é como se você tivesse um câncer e fosse



Juliene Viana (tribuna) apresentou legislação ao presidente Guilherme Uchoa, governador Paulo Câmara, deputados e convidados

tratado por um clínico geral”, explica. Com a atuação dos conselhos, incumbidos também de fiscalizar o trabalho dos especialistas, Angela acredita que o cenário deve melhorar.

De acordo com a legislação, também é garantido aos autistas o atendimento em unidades especializadas, diferentes daquelas destinadas ao tratamento de doenças mentais e à recuperação de dependentes químicos. Segundo Keise Bastos, terapeuta ocupacional e professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o sistema de saúde ainda carece de qualificação para tratar o problema. “É preciso investimento. Em alguns espaços de atenção especializada existe a oferta de terapias, mas em ambulatórios há uma defasagem grande. Muitas famílias recorrem a ONGs e a associações, que acabam dando suporte à rede”, esclarece.

Para a professora, a insuficiência de estruturas apropriadas e de profissionais capacitados também atinge o sistema de educação, que não consegue efetivamente incluir estudantes portadores do transtorno. “Os alunos são inseridos, mas não incluídos. Muitos passam os horários circulando pelos corredores, porque o formato das aulas não é adequado, ou porque o excesso de alunos impede que o professor os acompanhe”, observa. “A infraestrutura das escolas muitas vezes se resume a salas e quadros, mas os educandos necessitam de espaços para interação como parques e áreas de lazer, para

atividades que estimulem o desenvolvimento sensorial”.

Para Angela Lira, as escolas públicas têm recebido melhor os autistas que as privadas, mas encontram-se sobrecarregadas. “Hoje, a lei que funciona é a do coração: por solidariedade, gestores de insti-

Promulgada em 27 de abril, a lei deve ser regulamentada em até 90 dias pelo Poder Executivo, que instituirá normas para a fiscalização do cumprimento das exigências previstas no marco legal. O ato que regulamentar a legislação também deve trazer detalhes relativos às penalidades aplicadas contra estabelecimentos que desobedeçam a nova lei.

tuições se dispõem a receber os estudantes mesmo sem condições para tal”, relata.

TRABALHO - Entre os direitos enumerados na legislação recém-promulgada, encontra-se o acesso à educação profissionalizante e ao mercado de trabalho. A realidade atual, no entanto, ainda é excludente para os autistas, conforme

explica Fernando Cabral, coordenador de fiscalização de inclusão de pessoas com deficiência e reabilitadas do Ministério do Trabalho e Emprego em Pernambuco. “As pessoas e as empresas não estão preparadas para respeitar a diversidade. Os gestores em geral recusam-se a receber essas pessoas por conta de um estereótipo equivocado, de indivíduos que não se relacionam e que somente repetem gestos”, informa. “Em determinadas tarefas, no entanto, autistas trabalham até melhor que pessoas sem o transtorno”, complementa.

Atividades repetitivas, que exigem elevados níveis de concentração – de armazenamento e conferência de estoques a programação de computadores – são apontadas como campos de atuação profissional em que portadores da síndrome exercem trabalhos com excelência. “Quando a empresa é incluyente, há ganhos de produtividade, porque as mudanças na atitude da organização beneficiam outros funcionários, que ganham em qualidade de vida”, afirma Fernando Cabral.

“Autistas e pessoas com deficiência em geral são um estímulo positivo para o clima organizacional, elas trazem uma energia boa para o ambiente”, aponta Angela, acrescentando que inseridas em postos de trabalho beneficiam também o sistema de seguridade social. “Com o envelhecimento da população, sustentar essas pessoas pode não ser tão simples no futuro. Trabalhando, elas

produzem, contribuem com a previdência e melhoram a qualidade de vida daqueles que estão ao seu redor.”

Procuradora da Alepe, idealizadora do marco legal e autora da minuta que originou o projeto de lei, Juliene Viana destaca o papel dos gestores públicos na concretização das garantias previstas na legislação. “Apresentamos um rol de direitos, mas precisamos ir além e pensar na efetivação daquilo que está enunciado. O poder público deve organizar-se e formar grupos para conduzir políticas públicas voltadas às pessoas com transtorno de espectro autista”, analisa.

Fernando Cabral corrobora o ponto de vista da procuradora e cobra uma política de Estado mais efetiva para o enfrentamento do problema. “A legislação é importante, Pernambuco precisa avançar muito no tema, mas inclusão não se faz apenas com uma lei. É preciso instituições que trabalhem em rede, com pessoas à frente dotadas de capacidade técnica e de vontade”, considera.

De acordo com Juliene, merecem atenção especial as iniciativas que possibilitem aos portadores da síndrome o desenvolvimento de habilidades que os tornem independentes. “É dever do Legislativo sempre estimular o exercício da cidadania e os autistas, quando estimulados, recuperam talentos e recuperam sua autonomia. Isso beneficia não apenas a eles mesmos, mas também a suas famílias, à sociedade e ao Estado”, avalia.

JOÃO BITA

MEMÓRIAS E DESAFIOS DE UMA CA

Helena Alencar

Nascida em um momento de ebulção, a Assembleia Legislativa de Pernambuco completa 180 anos com a missão de resgatar a afinidade com as ruas.

Na história do Brasil, o início do século 19 foi marcado por turbulências. Em 1817, Pernambuco colocava-se na ponta do movimento republicano com a eclosão da Revolução dos Padres, idealizada por Frei Caneca. O País seria independente em 1822 e, dois anos depois, lá estariam os pernambucanos à frente de uma revolta, dessa vez, federalista: a Confederação do Equador.

Em meio aos descontentamentos, os Conselhos Gerais das Províncias, criados em 1824, tiveram vida breve, sendo substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais dez anos depois. A de Pernambuco foi instalada em 1º de abril de 1835, no Forte do Matos, localizado no Bairro do Recife - data em que se comemora o aniversário da Assembleia Legislativa do Estado. Essa nova nomenclatura surge apenas a partir da Constituinte de 1947.

Em quase dois séculos de parlamento estadual, fizeram histórias nomes igualmente grandiosos e ideologicamente distintos, como Agamenon Magalhães, sertanejo que foi também ministro



Assembleia Legislativa passou por vários momentos importantes durante quase dois séculos de história

de Getúlio Vargas; e Francisco Julião, defensor da reforma agrária e líder das Ligas Camponesas. "Principalmente na Primeira República, tivemos muitos operadores políticos importantes, como o Nabuco de Araújo (pai de Joaquim Nabuco), os conselheiros João Alfredo e Rosa e Silva. Depois ainda Miguel Arraes, com projeção internacional, e Pelópidas Silveira", destacou o cientista político Michel Zaidan.

O coordenador do Núcleo de Estudos Eleitorais Partidários e da Democracia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) alerta, no entanto, para os questionamentos enfrentados

pelos parlamentos em todo o mundo. "O auge foi a doutrina da separação de Poderes de Montesquieu, quando o Legislativo era o mandatário do povo. Mas houve uma gradativa perda de importância, até em função da complexidade da agenda política contemporânea, para a qual o Poder se mostrou incapaz de dar respostas satisfatórias", acredita o pesquisador.

Segundo ele, outros fatores sobrevieram: a lentidão do processo legislativo, o modelo de ligações, o corporativismo e a proibição de criar novas despesas gerariam um sentimento de baixa eficácia, falta de transparência e

pouca representatividade nos cidadãos. "Isso somado produziu um desgaste em benefício dos outros poderes, relegando ao Legislativo o papel de 'homologador' do Executivo em troca de favores, emendas e cargos", observa Zaidan.

"Não é um fenômeno apenas do Brasil. Em grande parte dos países, as pessoas vêm perdendo o interesse em votar e o parlamento é questionado nas ruas", complementa.

O Legislativo pernambucano teve revezes históricos. Em 1964, a ditadura militar instala-se e 25 mandatos conferidos pela livre vontade do eleitor são interrom-

pidos por atos institucionais nas duas décadas seguintes. Um deles, o do ex-deputado Luís de Andrade Lima, que recorda os momentos após a prisão do então governador Miguel Arraes. "Ao sair do Palácio do Campo das Princesas, um sargento tentou me impedir porque eu era deputado. Ele disse que eu estava preso. Mas um tenente ouviu e disse: 'Vai votar contra esse comunista?'. Que é que eu poderia dizer? Ele então me mandou levar na Assembleia, que já estava cercada", lembra.

A Assembleia chega ao século 21 com novidades, dentre as quais reuniões itinerantes nos municípios do Interior do Estado, uma Escola do Legislativo que promove aperfeiçoamento constante de servidores e parlamentares e um Plenário Virtual pioneiro no País, que transmite as reuniões da Casa em tempo real pela Internet. O próximo passo será o lançamento do Portal da Transparência, previsto para ocorrer no primeiro semestre deste ano.

Para Zaidan, a transparência é essencial para que o Legislativo reconquiste a confiança da sociedade. "É preciso saber o que seu representante está fazendo para que haja controle, fiscalização e responsabilização", acredita o cientista político. "Faz parte da democracia participativa. O mandato não é um cheque em branco que o eleitor assina."

140 ANOS DO PALÁCIO EM QUE JOAQUIM NABUCO NUNCA LEGISLOU

Também neste ano, o Poder Legislativo pernambucano comemora outro aniversário mais que especial. Ícone arquitetônico da Rua da Aurora, no centro do Recife, o Palácio Joaquim Nabuco completa 140 anos da inauguração - ainda que inacabado, naquele 1º de março de 1875 - pelo então presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena.

Inicialmente chamado de "Paço da Assembleia", o prédio projetado pelo major do Corpo de Engenheiros José Tibúrcio Pereira Magalhães, em 1870, só seria concluído definitivamente em 1876. Na área, já existia o

Ginásio Pernambucano e o edifício foi pensado para compor o conjunto, como explica o arquiteto e urbanista José Luiz da Mota Menezes.

"O local foi escolhido por estar em evidência: da Ponte Princesa Isabel, do Teatro Santa Isabel ou dos jardins do Palácio do Campo das Princesas se vê o prédio da Assembleia", observa. "Também ficou marcante de forma compositiva: enquanto o Ginásio é na horizontal, o Palácio, que tem a mesma altura, é destacado por uma grande cúpula."

Com pouco mais de 16 metros de estatura e em formato

de cruz, o prédio tomou como referencial o Hôtel des Invalides, em Paris. "Ambos são demarcados pela presença da dupla cúpula, que tem dois sentidos: para a religião católica, é o céu; para os prédios públicos, é a representação da dignidade e da imponência", revela Menezes.

Parlamentar, diplomata e símbolo da luta abolicionista, Joaquim Nabuco sagrou-se como um dos maiores ícones do legislativo oriundos de Pernambuco. Motivos para nomear o edifício-sede do Legislativo Estadual em homenagem ao escritor recifense havia de sobra - e assim

foi feito em 1948, por indicação do deputado Tabosa de Almeida. Contudo, atuando na Câmara dos Deputados, Nabuco nunca legislou na Casa.

"Ele foi deputado geral, mas quando fazia campanha política no Recife, a partir de 1884, atraía multidões falando sobre os efeitos negativos da escravidão e a concentração de terras. Então existe essa simbologia de escolher o nome por ser a 'casa do povo'", explica o historiador Marc Jay Hoffnagel. "Ao mesmo tempo, ele vinha de uma classe privilegiada, era monarquista e encarnava a Princesa

Isabel como responsável pela abolição. Nabuco nunca foi republicano."

Um novo Plenário está sendo erguido na Rua da União. Quando a obra for concluída, o Palácio será transformado no Museu do Legislativo, um espaço de visitação pública e promoção de atividades culturais. "No Salão do Paço, encontramos móveis centenários, como um marquês triplo, cadeiras e mesa, dentre outros trazidos do Forte do Matos", destaca a superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico da Alepe, Cynthia Barreto. (H.A.)

CASA BICENTENÁRIA NO SÉCULO 21

ANIVERSÁRIO COM REUNIÃO SOLENE, FOGOS E SHOW MUSICAL

A Casa de Todos os Pernambucanos recebeu calorosamente os cidadãos que vieram participar das celebrações do Legislativo estadual, realizadas no dia 8 de abril. Pela manhã, servidores e deputados participaram de um culto ecumênico. O Coral Vozes de Pernambuco, formado por servidores da Alepe, cantou músicas religiosas.

À noite, uma Reunião Solene foi realizada no Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco. Em nome do presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), o 1º vice-presidente da Mesa Diretora, deputado Augusto César (PTB), destacou a modernização da Casa, com a inauguração de novos anexos e o ingresso de cem novos servidores efetivos. "Legislar não se resume a criar leis. É estar atento às mudanças do cotidiano, em sintonia com as novas expectativas

da sociedade. Essas iniciativas apontam para um futuro de muito trabalho e mais profissionalização deste Poder", destacou.

Os líderes da Oposição, Sílvio Costa Filho (PTB), e do Governo, Waldemar Borges (PSB), fizeram pronunciamentos em homenagem à data. "É importante que este Poder se reinvente neste momento de descrença em que vivem as instituições do nosso País, sobretudo os parlamentos", registrou Costa Filho. "Aqui interesses hora conflitantes, hora convergentes se transformam em políticas públicas para atender às necessidades de populações muitas vezes desatendidas desde a origem deste parlamento", destacou Borges.

O público foi convidado a participar do corte do bolo e assistir à queima de fogos de artifício, em frente ao prédio, na



Reunião Solene no Plenário deu início às comemorações dos 180 anos do Poder Legislativo de Pernambuco

Rua da Aurora. Uma projeção multimídia, em alta definição, coloriu a fachada do prédio histórico com a imagem da bandeira de Pernambuco e a projeção de palavras relacionadas ao papel do Legislativo.

Os festejos culminaram no show *Do Frevo ao Forró*, sob a

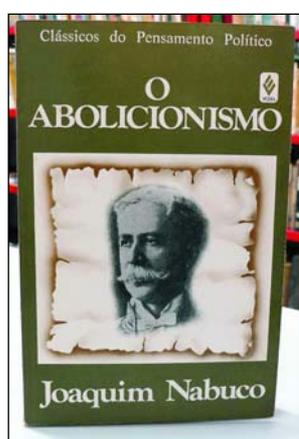
batuta do Maestro Spok. A orquestra e artistas convidados - Coral Edgard Moraes, Beto Hortis e Nádia Maia - lembraram as duas principais manifestações culturais do Estado: o Carnaval e o São João. "A apresentação foi montada especialmente para o aniversário da Alepe. É um pra-

zer fazer parte deste momento", ressaltou Spok.

Entre os que foram conferir as atividades, estava o professor Robson Rabelo. "Quis prestigiar esse momento histórico de 180 anos da Assembleia Legislativa, espaço de representação dos pernambucanos, destacou. (H.A.)

LEGISLATIVO EM FOCO — LITERATURA

LIVRO - O ABOLICIONISMO (1863) - Eleito deputado geral por Pernambuco em 1978, Joaquim Nabuco foi o principal responsável por levar a campanha abolicionista para o Legislativo Federal. Sobre o tema, já havia escrito um famoso livro em 1863: *O Abolicionismo*. Apesar de tantos anos entre a publicação e os dias atuais, a obra traz um debate ainda bastante contemporâneo. Ao oferecer a defesa, de forma política e humanitária, ao fim da escravidão, Nabuco expôs as atrocidades provocadas pelo tráfico negreiro e previu que muitos anos se passariam até a plena igualdade racial. Para ele, a situação dos negros não mudaria apenas com uma assinatura, seria necessário um projeto. "Essa obra - de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar - de emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Além desta, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão", analisou. Infelizmente, a contínua desigualdade social brasileira, ao atingir principalmente as pessoas negras, revela que o abolicionismo pensado por Joaquim Nabuco ainda aguarda sua vigência.



SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

PODER LEGISLATIVO: 180 ANOS DE MEMÓRIAS

A Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco organizava-se, inicialmente, pelo Ato Adicional de 1834 e, a partir do dia 04 de junho de 1836, por um Regimento Interno, assinado pelo primeiro presidente do Parlamento, deputado Thomaz Antônio Maciel Monteiro. Reunia 36 deputados eleitos durante uma legislatura de dois anos, podendo ser reeleitos para as legislaturas seguintes. A sessão acontecia uma vez por ano e tinha duração de dois meses, podendo ser prorrogada, a critério do presidente da Província. À Assembleia Provincial competia propor, discutir e deliberar sobre diversos temas, como divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província; instrução pública e obras públicas. A Mesa Diretora era composta por um presidente e dois secretários. Era atribuição do presidente, entre outras, "abrir e fechar as sessões às horas competentes e fazer observar a constituição e o regimento". Além da Mesa, existiam na Assembleia Provincial 15 Comissões Permanentes, entre elas a de Constituição e Poderes; a de Fazenda e

Orçamento e a de Contas e Despesas Provinciais. Afora as permanentes, era permitida a criação de Comissões Auxiliares e Especiais. 180 anos após a fundação do Parlamento Pernambucano, muitas mudanças aconteceram como a transferência para uma nova sede, em 1875, atual Palácio Joaquim Nabuco, localizado na Rua da Aurora, bem como movimentos que reconfiguraram as atribuições dos três Poderes e das relações entre o povo e as instituições políticas e sociais. Hoje, a Assembleia Legislativa celebra a memória e história do povo Pernambucano ao qual se juntou na luta por independência, democracia e justiça social ao longo desses 180 anos de existência.

O Regimento Interno de 1836, um dos documentos mais antigos da Assembleia Provincial e onde podemos conhecer a organização e funcionamento da Casa Legislativa, pode ser consultado na íntegra no Arquivo Geral da Alepe.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA - *Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.*

SÉRIE POLOS DE DESENVOLVIMENTO

GOIANA, A "SUAPE" DA MATA NORTE

POLO AUTOMOTIVO IMPULSIONA ECONOMIA NO ESTADO MAS TRAZ O DESAFIO DE NÃO AGRAVAR PROBLEMAS SOCIAIS

André Zahar

Realizada com a presença da presidente Dilma Rousseff e das principais autoridades do Estado, a inauguração da fábrica da Fiat-Jeep, em Goiana, no dia 28 de abril, traz um forte simbolismo. A implantação, na Mata Norte, do polo automotivo somado aos polos farmacológico, vidreiro e de bebidas aponta para a geração de mais de 9.600 empregos diretos e 17,7 mil indiretos e grandes transformações numa economia até então ancorada na indústria sucroalcooleira. O desafio é reverter os baixos indicadores sociais da região, marcada pela informalidade, baixa renda e escolaridade.

Uma pesquisa feita pela consultoria Ceplan, a pedido da Fecomércio-PE, contabiliza um investimento total de aproximadamente R\$ 18,8 bilhões entre 2003 e 2016 em Goiana e entorno. Considerada a mais moderna unidade industrial do Grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA) no mundo, a fábrica de Goiana deve ter um impacto no Produto Interno Bruto do Estado de cerca de 6,5% e provocar o aumento da massa salarial em torno de 10% no estado. A expectativa da Ceplan é de uma expansão global no volume de empregos na faixa de 60 mil novos postos de trabalho. A conta inclui as oportunidades não apenas nas plantas industriais, mas nos fornecedores dessas fábricas e serviços que vão de supermercados a manicures.

Para que a mão de obra e estabelecimentos locais sejam beneficiados, porém, o estudo cita a importância de o poder público e o setor privado se engajarem para superar o nível elevado de informalidade, o baixo acesso ao crédito e a falta de mão de obra qualificada. Um dos responsáveis pelo estudo, o economista Osmil Galindo

RAIO-X DE GOIANA

- Taxa de informalidade: **44,7%**
- Renda de até um salário mínimo: **56,6%**
- Taxa de homicídio de crianças e adolescentes: **44,9** por cem mil habitantes (24º entre os municípios brasileiros)
- Taxa de analfabetismo: **18,3%**
- Domicílios ligados à rede de coleta de esgotos: **24%**

Fonte: Ceplan/Diagonal, Hemobrás/Fiocruz - 2010

EXPECTATIVA

- Número de migrantes atraídos pelo polo automotivo (2014/2020): **22.794**
- Impacto do polo automotivo no PIB de Pernambuco: **6,5%**
- Impacto do polo automotivo na massa salarial: R\$ **2,3** bilhões
- Acréscimo na massa salarial de Pernambuco: **10%**

Fonte: Ceplan/Diagonal

acredita que potencial a ser desenvolvido não falta.

"A Fiat descobriu na região as marisqueiras, mulheres em grande parte analfabetas de pai e mãe que tinham habilidade para abrir muitas conchas por dia. A empresa mandou 300 delas para um curso de capacitação de quatro meses no México e hoje elas estão costurando banco de carros e fazendo outras atividades que exigem destreza e ligeireza", exemplifica.



FOTOS: JOÃO BITA

Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa visitou o Polo automotivo da Mata Norte de Pernambuco



O estudo "Análise Participativa da Realidade Socioambiental de Goiana (PE)", feito entre os anos de 2011 e 2012 pela Hemobrás em parceria com a Fiocruz Pernambuco, porém, revela dificuldades ainda maiores. A pesquisa revelou, por exemplo, que 25% dos partos de Goiana são em menores de 18 anos e a taxa de analfabetismo na área urbana do município é de 18,3%, percentual duas vezes maior que o do Brasil. Já na zona rural, chega a 52%. Quarenta e seis por cento da população recebe benefícios do Programa Bolsa Família

De acordo com a Ceplan, o número de migrantes em Goiana, Igarassu e Itapissuma atraídos pelo polo automotivo deve passar de 22 mil pessoas. O próprio Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento alerta para a necessidade de preparar urbanisticamente essas cidades para não exacerbar os problemas de infraestrutura, como carência de habitação e de saneamento básico, favelização, trânsito, desmatamento e poluição.

Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do Fórum Suape, o físico Heitor Scalabrini alerta para o risco de se repetirem na Zona da Mata Norte os problemas gerados em regiões de Ipojuca no rastro do crescimento avançado pelo Complexo Industrial Portuário. Na avaliação dele, se a gestão do planejamento urbano fosse mais participativa e transparente, haveria maior chance de os

empreendimentos contribuir para o desenvolvimento social do Estado. "A falta de planejamento é crônica, mostrando a incapacidade do governo de promover ações que minimizem os problemas já identificados", reforça.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa, Aluísio Lessa (PSB) afirma que a construção do Arco Metropolitano e a Parceria Público-Privada da Compesa vão contribuir para melhorar a mobilidade e o saneamento básico da região. Ele enfatiza ainda que 80% dos empregados do polo automotivo são pernambucanos. "Isso gera emprego e renda, promovendo inclusão econômica e social. As cidades sentem o impacto do salário entrando, do comércio se aquecendo. Essa região, que vivia basicamente da monocultura da cana de açúcar, passa a ter uma dinâmica melhor", acrescenta.

Para o economista João Policarpo Lima, especializado em desenvolvimento local e regional, a estratégia da atração de grandes empreendimentos para locais fora da Região Metropolitana é importante para dinamizar a economia de áreas carentes. "A Mata Norte precisava de uma mudança da estrutura produtiva. Foi importante tirar o polo automotivo de Suape, que já está muito congestionado, para criar uma nova área de expansão no Estado", avalia.



POLO AUTOMOTIVO

- Principal empresa: Grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA)
- Área: **440** hectares
- Localização: Às margens da BR-101, nas imediações do Km 13
- Investimento – R\$ 7 bilhões
- Funcionários – **8 mil** (fábrica da Fiat e principais fornecedores)
- Produção: **200 a 300 mil** carros/ano

Fonte: Ceplan



POLO FARMACOQUÍMICO

- Principal empresa: Hemobrás (Goiana)
- Área: **306** hectares
- Investimento – R\$ 934 milhões
- Empregos: **600** diretos e **2 mil** indiretos

Fonte: Ceplan

POLO VIDREIRO

- Principal empresa: Vivix Vidros Planos
- Área: **140** hectares
- Investimento: R\$ 1,09 bilhão
- Empregos: **800** diretos (fase de operação) e aproximadamente **2,2 mil** (indiretos)

Fonte: Ceplan

POLO DE BEBIDAS

- Principais empresas: Alcoa, Ambev, Itaipava (Itapissuma), Brasil Kirin (Igarassu)
- Empregos: **3,7 mil** diretos e **10 mil** indiretos

Fonte: Ceplan

COMISSÕES PARLAMENTARES ESPECIAIS COMPLEMENTAM ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS

Se a Casa Joaquim Nabuco é a “Casa de Todos os Pernambucanos”, compreender e participar das atividades desenvolvidas pelos deputados estaduais é questão de cidadania. Pensando nisso, esta edição do **Jornal Tribuna Parlamentar** vai tratar das Comissões Especiais, grupos de trabalho temporários que fazem parte da realidade do Poder Legislativo Pernambucano. Até o momento, quatro delas já foram criadas: de Acompanhamento das Obras do PAC no Estado; de Combate ao HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatite; de Trânsito e Transporte; e de Resíduos Sólidos. O que são essas comissões, como elas são formadas e o que elas vêm produzindo para Pernambuco?

O QUE PRETENDEM REALIZAR?

Nosso objetivo é criar um espaço de diálogo, integrando os municípios, consórcios públicos, bancos oficiais e órgãos do governo, a fim de destravar impasses. Além disso, queremos conhecer novas tecnologias que possam ser usadas no setor, habilitando os municípios, técnica e financeiramente, a lidar com o lixo produzido em seus territórios. **Deputado Rodrigo Novaes (PSD), presidente da Comissão Especial de Resíduos Sólidos**

Ouvimos a demanda de vários segmentos que não estavam encontrando espaço de diálogo com o Poder Público para tratar das políticas de tratamento e de prevenção dessas doenças. Queremos dar mais visibilidade à questão e levar os resultados dos trabalhos à secretaria estadual de saúde. Buscamos resoluções mais rápidas através dessa comissão. **Deputada Teresa Leitão (PT), autora da proposta de criação da Comissão Especial de Combate ao HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatite**

Esse grupo de trabalho também foi criado na última Legislatura e prestou um importante serviço à sociedade: um panorama da realidade do Estado e um estudo com propostas de mobilidade urbana que estão à disposição para qualquer consulta. Queremos dar continuidade à discussão, focando agora nos pedestres. As calçadas precisam receber atenção. **Deputado Zé Maurício (PP), autor proposta de criação da Comissão Especial de Mobilidade Urbana**

Comitê semelhante foi criado no Congresso Nacional com o objetivo de acompanhar o andamento das obras do PAC em Pernambuco. Vamos nos unir aos senadores e diagnosticar a situação das 186 obras em andamento e as outras 200 paralisadas. Com esse levantamento, procuraremos os ministérios competentes e lutaremos para destravar algumas questões. **Deputado Miguel Coelho (PSB), presidente da Comissão Especial de Acompanhamento das Obras do PAC**

FINALIDADE: aprofundar discussões sobre tema específico, relevante e de interesse público

PRAZO: 90 dias, podendo ser prorrogado, por decisão do Plenário, por mais 60 dias

ORIGEM: Solicitação de Deputado, com assinaturas de um quarto dos parlamentares (13), ou requerimento da Mesa Diretora

LIMITAÇÕES: Podem funcionar, simultaneamente, até cinco comissões especiais. Para além deste número, é preciso a aprovação da maioria absoluta dos deputados (25)

FORMAÇÃO: cinco titulares e cinco suplentes, respeitando a proporcionalidade partidária. O grupo elege presidente, vice e relator

CONCLUSÃO: apresentação de relatório. O trabalho pode gerar encaminhamentos ao Executivo ou dar origem a projetos de lei, que deverão passar pela tramitação normal da Casa

E POR QUE CRIAR ESTES GRUPOS? Os autores dos requerimentos das atuais comissões são unânimes em afirmar que há assuntos que exigem atenção especial, o que é difícil ocorrer no expediente rotineiro das comissões permanentes ou durante as audiências públicas. “Aprofunda um tema com a ajuda de especialistas e não atrasa as discussões de projetos de lei nas comissões permanentes”, observou Zé Maurício (PP), autor do requerimento da Comissão de Trânsito e Transporte. “O debate sobre a destinação do lixo é específico e urgente, pois acabou o prazo para os municípios criarem seus planos de gerenciamento e pouco ainda foi feito”, explicou Rodrigo Novaes (PSD), presidente da Comissão Especial de Resíduos Sólidos. “Tratar o tema em uma audiência pública seria insuficiente, pois a pauta a ser discutida é extensa”, opinou Teresa Leitão (PT), que solicitou a criação da Comissão de Combate ao HIV/Aids, Tuberculose e Hepatite. “É uma forma de intensificar o esforço e conseguir respostas ágeis”, completou Miguel Coelho, presidente da Comissão de Acompanhamento das Obras do Governo Federal.